

Na sequência, Luiz Antônio Moreira Salata opôs embargos de declaração, que foram rejeitados, em 12.9.2008, por meio do Acórdão de nº 163.736.

Houve, então, a interposição de recurso especial, ao qual o ilustre Presidente do Tribunal a quo negou seguimento, por decisão que foi publicada em 4.10.2008.

Observo que a referida decisão transitou em julgado em 20.10.2008, razão pela qual o presente recurso está prejudicado, por perda do objeto, conforme bem assentou o Subprocurador-Geral Eleitoral, Dr. Edilson Alves de França, em seu parecer, in verbis (fls. 1.382-1.383):

Delineada a controvérsia através desse breve relato, de logo, manifesta-se este órgão pela prejudicialidade da irresignação sob exame. Em prol desse ponto de vista, revela observar, num primeiro passo, que o recurso eleitoral, cujo efeito suspensivo se discute, foi provido pelo Tribunal de origem em 21 de agosto de 2008, conforme informação obtida em consulta ao site respectivo.

Essa circunstância, convenhamos, torna prejudicada a irresignação obstada, ante a manifesta ausência de interesse em seu prosseguimento. É que, no momento atual, o afastamento da multa e a manutenção do diploma do agravado não mais decorre do efeito suspensivo, dado pela decisão recorrida. Resulta, sim, do provimento que se deu a própria irresignação ordinária. Em outras palavras, não mais subsistindo a decisão impugnada pelo recurso obstado, desaparece a utilidade prática e jurídica da irresignação e do seu subsequente julgamento, já que não há como se cogitar de qualquer proveito processual para as partes.

Diante dessas razões, nego seguimento ao agravo de instrumento, com base no art. 36, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2009.

Ministro Arnaldo Versiani

Relator

## Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções

### Resolução

#### PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 393/2009

#### RESOLUÇÃO

#### 23.184 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.230 – CLASSE 26ª – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL.

**Relator:** Ministro Arnaldo Versiani.

**Interessado:** Tribunal Superior Eleitoral.

Dispõe sobre os procedimentos cartorários de registro e autuação dos feitos, no âmbito da Justiça Eleitoral, e dá outras providências.

O Tribunal Superior Eleitoral, usando das atribuições que lhe confere o art. 23, inciso IX, do Código Eleitoral, e

Considerando a necessidade de uniformizar a utilização e de maximizar o funcionamento do sistema informatizado de tramitação de documentos e processos, e

Considerando a necessidade de aprimorar a administração da justiça e a prestação jurisdicional, bem como facilitar o acesso às informações processuais pelos jurisdicionados, advogados e demais usuários dos serviços judiciais, resolve:

Art. 1º Os procedimentos cartorários de registro e autuação dos feitos, no âmbito da Justiça Eleitoral, obedecerão aos critérios desta Resolução.

Art. 2º Fica instituída a numeração única de processos no âmbito da Justiça Eleitoral, observada a estrutura NNNNNNN-DD.AAAA.J.TR.OOOO, composta de 6 (seis) campos obrigatórios.

§ 1º O campo (NNNNNN), com 7 (sete) dígitos, identifica o número sequencial do processo por unidade de origem (OOOO), a ser reiniciado a cada ano, facultada a utilização de funcionalidade que oculte a visibilidade dos zeros à esquerda e/ou torne desnecessário o seu preenchimento para a localização do processo.

§ 2º O campo (DD), com 2 (dois) dígitos, identifica o dígito verificador, cujo cálculo de verificação deve ser efetuado pela aplicação do algoritmo Módulo 97 Base 10, conforme Norma ISO 7064:2003.

§ 3º O campo (AAAA), com 4 (quatro) dígitos, identifica o ano do ajuizamento do processo.

§ 4º O campo (J), com 1 (um) dígito, identifica a Justiça Eleitoral, correspondente ao número 6 (seis).

§ 5º O campo (TR), com 2 (dois) dígitos, identifica o tribunal do respectivo segmento da Justiça Eleitoral, conforme Anexo I, observando-se que os tribunais regionais eleitorais devem ser identificados pelos números 01 a 27, conforme os Estados da Federação, em ordem alfabética e, no caso do TSE, deve ser preenchido com 00.

§ 6º O campo (OOOO), com 4 (quatro) dígitos, identifica a unidade de origem do processo e deverá ser preenchido, nos processos de competência originária dos tribunais, com zero, facultada a utilização de

funcionalidade que oculte a sua visibilidade e/ou torne desnecessário o seu preenchimento para a localização do processo.

Art. 3º A Justiça Eleitoral deve implantar a numeração única dos processos até o dia 31 de dezembro de 2009, observado o disposto na presente Resolução.

Parágrafo único. É facultativa a utilização da numeração única nos procedimentos administrativos.

Art. 4º A partir da data da implantação, todos os processos judiciais protocolados (processos novos), inclusive os de competência originária dos tribunais, devem ser cadastrados de acordo com a numeração única de processos.

§ 1º Os recursos, incidentes e outros procedimentos vinculados a um processo principal, quando autuados em apartado, devem receber numeração própria e independente, observado o artigo 2º desta Resolução.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o campo (OOOO) deve ser preenchido com o número 9.999 (nove mil, novecentos e noventa e nove).

§ 3º Nas hipóteses dos §§ 1º e 2º, o Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) deve registrar a vinculação entre os processos e possibilitar a consulta também pelo número original.

§ 4º Os Órgãos da Justiça Eleitoral não devem repetir ou reaproveitar o número de um processo, nem mesmo nas hipóteses de cancelamento de distribuição ou de redistribuição.

Art. 5º Os processos em tramitação na data da implantação da numeração única devem receber um novo número do cartório eleitoral ou tribunal eleitoral em que teve origem, observado o artigo 2º desta Resolução, que conviverá com o número original durante todo o seu curso.

§ 1º A numeração de que trata o caput deve ser atribuída preferencialmente de forma automática ou, na impossibilidade, registrada manualmente nos sistemas até a remessa dos autos em recurso externo.

§ 2º É facultativo o registro da numeração de que trata o caput nos processos que, na data da implantação, estiverem arquivados (baixados) ou, embora em tramitação, não forem objeto de recurso externo.

§ 3º É facultativo o lançamento da numeração de que trata o caput na etiqueta e na capa do processo.

§ 4º Os processos em tramitação não registrados nos sistemas processuais até a data da implantação da numeração única devem ser cadastrados com o número original e com a numeração de que trata o caput.

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, se no momento do cadastramento não existir mais a unidade de origem do processo no primeiro grau de jurisdição (OOOO), o número de que trata o caput deve ser gerado com o código da unidade de origem (OOOO) na qual tramitará.

§ 6º Os sistemas dos tribunais devem possibilitar a consulta aos processos pelo número original e pela numeração de que trata o caput deste artigo.

Art. 6º Na hipótese de redistribuição do processo para órgão jurisdicional pertencente a outro tribunal, este deve atribuir novo número ao processo, observado o artigo 2º desta Resolução.

§ 1º Na hipótese do caput deste artigo, o novo órgão de tramitação deve possibilitar a consulta ao processo também pelo número original.

§ 2º Não será atribuído novo número quando o processo for redistribuído para órgão jurisdicional pertencente ao mesmo tribunal, ainda que identificado por outra unidade de origem (OOOO), mas a redistribuição deve ser registrada no movimento/andamento do processo.

Art. 7º O SADP deve possibilitar consultas que facilitem o acesso às informações processuais, entre outros, pelo número do processo, nome das partes, nome do advogado, número de inscrição na OAB.

Parágrafo único. A consulta pelo número processual pode ser simplificada de modo a tornar desnecessária a digitação de alguns campos para a identificação do processo, mantida a obrigatoriedade dos 2 (dois) primeiros (NNNNNNN e DD).

Art. 8º O registro, a autuação e a distribuição serão realizados no SADP.

Parágrafo único. A distribuição observará a forma determinada pelos respectivos regimentos internos dos tribunais eleitorais.

Art. 9º O registro e a autuação dos processos deverão conter obrigatoriamente os seguintes dados:

I – o número do protocolo e a data de autuação;

II – a natureza do feito ou do recurso, conforme o caso;

III – o número do processo e a classe;

IV – o município ou estado e a zona eleitoral ou tribunal de origem, conforme o caso;

V – o número de volumes, apensos e anexos, quando houver;

VI – a identificação das partes envolvidas e de seus advogados;

VII – a informação sobre segredo de justiça, se for o caso;

VIII – a identificação do juiz ou relator, conforme o caso, bem como do revisor, quando houver;

IX – a identificação de eventual impedimento ou suspeição de relator, no caso dos tribunais;

X – o resumo, de acordo com as tabelas parametrizadas Meio Processual, Assunto Processual e Pedido;

XI – a descrição do fato no campo Causa de Pedir Remota;

XII – a escolha do tipo de distribuição;

XIII – a identificação do ano da eleição, nos processos pertinentes;

XIV – o número do processo na zona eleitoral e no TRE, quando for o caso.

§ 1º O conteúdo das tabelas parametrizadas Assunto Processual e Pedido das Zonas Eleitorais, TREs e TSE são, respectivamente, os constantes dos Anexos II, III e IV desta Resolução.

§ 2º Fica autorizado o Diretor-Geral do Tribunal Superior Eleitoral a alterar o conteúdo das tabelas parametrizadas, mediante portaria, após análise pela Comissão Permanente de Secretários Judiciários (Portaria TSE nº 198, de 23.3.2009).

Art. 10. O conteúdo da capa dos processos deverá conter exclusivamente:

- I – o brasão da República e a expressão “PODER JUDICIÁRIO”;
- II – a identificação do juízo ou tribunal, conforme o caso;
- III – a natureza do feito ou do recurso, conforme o caso, e o número do processo;
- IV – a procedência do feito, contemplando o município e a zona eleitoral de origem, exceto nos processos originários, e o número de protocolo;
- V – a identificação do juiz ou relator, conforme o caso, bem como do revisor, quando houver;
- VI – a identificação de eventual impedimento ou suspeição, no caso dos tribunais;
- VII – o assunto correspondente ao resumo tratado no inciso X do art. 4º;
- VIII – a identificação das partes envolvidas e de seus advogados, permitida, na hipótese de várias partes ou advogados, a substituição pelas expressões “outro”, “outra”, “outros” ou “outras”;
- IX – as informações sobre a distribuição;
- X – a assinatura e o nome ou cargo do servidor responsável pela autuação e distribuição;
- XI – os campos para registro da data de julgamento, pedido de liminar, embargos de declaração e agravo regimental, acompanhados das respectivas folhas dos autos;
- XII – o número de volumes, apensos e anexos, quando houver;
- XIII – a identificação do ano da eleição, nos processos pertinentes.

Parágrafo único. O padrão de formatação do conteúdo da capa dos processos obedecerá aos seguintes critérios, conforme modelo constante do Anexo V:

- I – fonte Arial;
- II – cabeçalho (campo 2): brasão oficial centralizado. Abaixo dele, em parágrafos distintos, o nome PODER JUDICIÁRIO, caixa alta (maiúsculas), em corpo 12, o nome do juízo ou tribunal, que deve constar inteiramente em caixa alta (maiúsculas), negritada, em corpo 18;
- III – identificação do processo – denominação da classe e número do processo – (campo 3): centralizado, caixa alta (maiúsculas), negritada, em corpo 14. Abaixo dele, o número da classe;
- IV – procedência (campo 4): alinhado à esquerda, caixa alta (maiúsculas), negritada, em corpo 10. Abaixo dela, o número do protocolo;
- V – identificação (campo 5) do juiz, relator e revisor (se for o caso): alinhado à esquerda, caixa alta (maiúsculas), negritada, em corpo 10;
- VI – assunto (campo 6): alinhado à esquerda, caixa alta (maiúsculas), em corpo 10;
- VII – partes e advogados (campo 7): alinhado à esquerda, caixa alta (maiúsculas), em corpo 10. O número da OAB é opcional;
- VIII – texto da autuação/distribuição (campo 8): recuo à esquerda de 1,25 cm, somente a primeira letra em maiúscula, em corpo 10;
- IX – informação do responsável, nos termos do Regimento Interno (campo 9): centralizado, somente a primeira letra em maiúscula, em corpo 10;
- X – opcional: volume, apenso, anexo (campo 1): no canto superior à direita, somente a primeira letra em maiúscula, negritada, em corpo 14;
- XI – informação referente à liminar e ao trânsito em julgado (campo 10): alinhado à esquerda, caixa alta (maiúsculas), em corpo 9;
- XII – opcional ELEIÇÕES (campo 11): alinhado à direita, caixa alta (maiúsculas), negritado, em corpo 18.

Art. 11. As capas dos processos terão cor específica, visando a facilitar o manuseio e a identificar os feitos a que a lei confere prioridade para o julgamento.

§ 1º As cores das capas, definidas segundo a classificação do feito ou recurso, são as constantes do Anexo VI desta Resolução.

§ 2º A utilização das cores das capas de que trata o parágrafo anterior dar-se-á após esgotados os estoques de capas existentes.

Art. 12. A partir de 1º de janeiro de 2010, os cartórios eleitorais e os tribunais eleitorais deverão adotar obrigatoriamente os procedimentos cartorários de que trata esta Resolução.

§ 1º Os processos que se encontrarem em tramitação na data de que trata o caput não sofrerão alteração, no que se refere aos procedimentos cartorários de registro e autuação dos feitos.

§ 2º Os tribunais deverão promover as adequações que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento desta Resolução.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de dezembro de 2009.

CARLOS AYRES BRITTO–PRESIDENTE; ARNALDO VERSIANI–RELATOR; RICARDO LEWANDOWSKI; CÁRMEN LÚCIA; FELIX FISCHER; FERNANDO GONÇALVES; MARCELO RIBEIRO.

## **PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 394/2009**

### **RESOLUÇÃO**

23.185 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.265 – CLASSE 26ª – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL.

Relator: Ministro Felix Fischer.

Interessado: Tribunal Superior Eleitoral.

### **Ementa:**

**ANEXOS****ANEXOS – RESOLUÇÃO Nº 23.184 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.230-DF**

## ANEXO I

## IDENTIFICAÇÃO DO TRIBUNAL

Tribunal	Identificação	Tribunal	Identificação
TSE	00	TRE-PA	14
TRE-AC	01	TRE-PB	15
TRE-AL	02	TRE-PR	16
TRE-AP	03	TRE-PE	17
TRE-AM	04	TRE-PI	18
TRE-BA	05	TRE-RJ	19
TRE-CE	06	TRE-RN	20
TRE-DF	07	TRE-RS	21
TRE-ES	08	TRE-RO	22
TRE-GO	09	TRE-RR	23
TRE-MA	10	TRE-SC	24
TRE-MT	11	TRE-SE	25
TRE-MS	12	TRE-SP	26
TRE-MG	13	TRE-TO	27



ANEXO II  
ZONAS ELEITORAIS

<b>ZONA ELEITORAL - ASSUNTO PROCESSUAL</b>
<input type="checkbox"/> ABUSO <input type="checkbox"/> DE PODER ECONÔMICO <input type="checkbox"/> DE PODER POLÍTICO/AUTORIDADE <input type="checkbox"/> USO INDEVIDO DE MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
<input type="checkbox"/> ALISTAMENTO ELEITORAL <input type="checkbox"/> CANCELAMENTO <input type="checkbox"/> DOMICÍLIO ELEITORAL <input type="checkbox"/> DUPLICIDADE/PLURALIDADE <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO <input type="checkbox"/> INSCRIÇÃO ELEITORAL
<input type="checkbox"/> APURAÇÃO/TOTALIZAÇÃO DE VOTOS
<input type="checkbox"/> CAPTAÇÃO OU GASTO ILÍCITO DE RECURSOS FINANCEIROS DE CAMPANHA ELEITORAL
<input type="checkbox"/> CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO
<input type="checkbox"/> CARGO <input type="checkbox"/> PREFEITO <input type="checkbox"/> VEREADOR <input type="checkbox"/> VICE-PREFEITO
<input type="checkbox"/> CAUTELAR INOMINADA <input type="checkbox"/> DE BUSCA E APREENSÃO <input type="checkbox"/> DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS <input type="checkbox"/> INCIDENTAL <input type="checkbox"/> PREPARATÓRIA
<input type="checkbox"/> COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> MAJORITÁRIA <input type="checkbox"/> PROPORCIONAL <input type="checkbox"/> MAJORITÁRIA E PROPORCIONAL
<input type="checkbox"/> CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE <input type="checkbox"/> ALISTAMENTO ELEITORAL <input type="checkbox"/> DOMICÍLIO ELEITORAL NA CIRCUNSCRIÇÃO <input type="checkbox"/> FILIAÇÃO PARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> IDADE MÍNIMA <input type="checkbox"/> NACIONALIDADE BRASILEIRA <input type="checkbox"/> PLENO EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS <input type="checkbox"/> QUITAÇÃO ELEITORAL
<input type="checkbox"/> CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO
<input type="checkbox"/> CONVENÇÃO PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/> CORRUPÇÃO OU FRAUDE
<input type="checkbox"/> CRIME ELEITORAL
<input type="checkbox"/> DESCUMPRIMENTO DE PRAZOS PROCESSUAIS
<input type="checkbox"/> DIPLOMAÇÃO
<input type="checkbox"/> DIREITO DE RESPOSTA
<input type="checkbox"/> DIREITOS POLÍTICOS <input type="checkbox"/> PERDA DOS DIREITOS POLÍTICOS <input type="checkbox"/> SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS <input type="checkbox"/> RESTABELECIMENTO DOS DIREITOS POLÍTICOS
<input type="checkbox"/> DOAÇÃO DE RECURSOS ACIMA DO LIMITE LEGAL

<b>ZONA ELEITORAL - ASSUNTO PROCESSUAL</b>
<input type="checkbox"/> PESSOA FÍSICA <input type="checkbox"/> PESSOA JURÍDICA
<input type="checkbox"/> ELEIÇÕES <input type="checkbox"/> ANULAÇÃO DE ELEIÇÃO <input type="checkbox"/> 1º TURNO <input type="checkbox"/> 2º TURNO <input type="checkbox"/> ELEIÇÃO MAJORITÁRIA <input type="checkbox"/> ELEIÇÃO PROPORCIONAL <input type="checkbox"/> ELEIÇÃO SUPLEMENTAR
<input type="checkbox"/> EXCEÇÃO <input type="checkbox"/> DE COISA JULGADA <input type="checkbox"/> DE ILEGITIMIDADE DE PARTE <input type="checkbox"/> DE IMPEDIMENTO <input type="checkbox"/> DE INCOMPETÊNCIA <input type="checkbox"/> DE LITISPENDÊNCIA <input type="checkbox"/> DE PRÉ-EXECUTIVIDADE <input type="checkbox"/> DE SUSPEIÇÃO
<input type="checkbox"/> EXECUÇÃO <input type="checkbox"/> DE ASTREINTES <input type="checkbox"/> DE MULTA ELEITORAL
<input type="checkbox"/> EXECUÇÃO DE JULGADO
<input type="checkbox"/> FILIAÇÃO PARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> DUPLICIDADE/PLURALIDADE <input type="checkbox"/> CANCELAMENTO <input type="checkbox"/> NULIDADE
<input type="checkbox"/> HABEAS CORPUS <input type="checkbox"/> LIBERATÓRIO <input type="checkbox"/> PREVENTIVO
<input type="checkbox"/> IDENTIFICAÇÃO NUMÉRICA DE CANDIDATO
<input type="checkbox"/> IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA
<input type="checkbox"/> IMPUGNAÇÃO <input type="checkbox"/> IDENTIDADE DE ELEITOR ADMITIDO A VOTAR <input type="checkbox"/> INSCRIÇÃO ELEITORAL <input type="checkbox"/> NOMEAÇÃO DE MEMBRO DE MESA RECEPTORA <input type="checkbox"/> NOMEAÇÃO DE MEMBRO DE JUNTA ELEITORAL <input type="checkbox"/> SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO <input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL <input type="checkbox"/> VOTO POR CÉDULA
<input type="checkbox"/> INELEGIBILIDADE <input type="checkbox"/> ABUSO DE PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO <input type="checkbox"/> ANALFABETISMO <input type="checkbox"/> CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO <input type="checkbox"/> DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE OU DE INCOMPATIBILIDADE COM O OFICIALATO <input type="checkbox"/> DESINCOMPATIBILIZAÇÃO <input type="checkbox"/> INALISTÁVEL <input type="checkbox"/> PARENTESCO <input type="checkbox"/> REELEIÇÃO <input type="checkbox"/> REJEIÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS <input type="checkbox"/> REPRESENTAÇÃO OU AJE JULGADA PROCEDENTE PELA JUSTIÇA ELEITORAL <input type="checkbox"/> TERCEIRO MANDATO <input type="checkbox"/> VIDA PREGRESSA <input type="checkbox"/> VÍNCULO AFETIVO <input type="checkbox"/> VÍNCULO CONJUGAL <input type="checkbox"/> VÍNCULO EM UNIÃO ESTÁVEL
<input type="checkbox"/> NOME DO CANDIDATO <input type="checkbox"/> HOMONÍMIA <input type="checkbox"/> VARIAÇÃO NOMINAL

<b>ZONA ELEITORAL - ASSUNTO PROCESSUAL</b>
<input type="checkbox"/> PARTIDO POLÍTICO <input type="checkbox"/> COMISSÃO PROVISÓRIA <input type="checkbox"/> ÓRGÃO DE DIREÇÃO MUNICIPAL <input type="checkbox"/> ÓRGÃO DE DIREÇÃO REGIONAL <input type="checkbox"/> ÓRGÃO DE DIREÇÃO NACIONAL
<input type="checkbox"/> PESQUISA ELEITORAL <input type="checkbox"/> DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL SEM PRÉVIO REGISTRO <input type="checkbox"/> DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL FRAUDULENTA <input type="checkbox"/> REGISTRO DE PESQUISA ELEITORAL
<input type="checkbox"/> PRESTAÇÃO DE CONTAS <input type="checkbox"/> DE CANDIDATO <input type="checkbox"/> DE COMITÊ FINANCEIRO <input type="checkbox"/> DE EXERCÍCIO FINANCEIRO
<input type="checkbox"/> PROPAGANDA POLÍTICA <input type="checkbox"/> PROPAGANDA INSTITUCIONAL <input type="checkbox"/> PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> PROPAGANDA PARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> PROPAGANDA ELEITORAL <input type="checkbox"/> ADESIVO <input type="checkbox"/> ALTO-FALANTE/AMPLIFICADOR DE SOM <input type="checkbox"/> BANNER/CARTAZ/FAIXA <input type="checkbox"/> BEM PÚBLICO <input type="checkbox"/> BEM PARTICULAR <input type="checkbox"/> BEM PARTICULAR DE USO COMUM <input type="checkbox"/> BEM TOMBADO <input type="checkbox"/> BOCA DE URNA <input type="checkbox"/> CAVALETE <input type="checkbox"/> COMÍCIO/SHOWMÍCIO <input type="checkbox"/> CONDUTA VEDADA A EMISSORA DE RÁDIO/TELEVISÃO NA PROGRAMAÇÃO NORMAL <input type="checkbox"/> CONFECÇÃO, UTILIZAÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE BRINDE <input type="checkbox"/> CONTRARIEDADE À LEI DE POSTURA MUNICIPAL <input type="checkbox"/> DEBATE POLÍTICO <input type="checkbox"/> DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO DE PROPAGANDA <input type="checkbox"/> EXTEMPORÂNEA/ANTECIPADA <input type="checkbox"/> FOLHETOS/VOLANTES/SANTINHOS/IMPRESSOS <input type="checkbox"/> HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO/PROGRAMA EM BLOCO <input type="checkbox"/> HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO/INSERÇÕES DE PROPAGANDA <input type="checkbox"/> IMPRENSA ESCRITA – JORNAL/REVISTA/TABLOIDE <input type="checkbox"/> INTERNET <input type="checkbox"/> INVASÃO DE HORÁRIO DESTINADO A OUTRO CARGO/PARTIDO/COLIGAÇÃO <input type="checkbox"/> INOBSERVÂNCIA DO LIMITE LEGAL <input type="checkbox"/> OUTDOORS <input type="checkbox"/> OMISSÃO DE INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS <input type="checkbox"/> PINTURA EM MURO <input type="checkbox"/> RÁDIO <input type="checkbox"/> RÁDIO COMUNITÁRIA <input type="checkbox"/> TELEVISÃO <input type="checkbox"/> TRUCAGEM, MONTAGEM, UTILIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO EXTERNA, COMPUTAÇÃO GRÁFICA, DESENHO ANIMADO OU EFEITO ESPECIAL
<input type="checkbox"/> QUOCIENTE ELEITORAL/PARTIDÁRIO
<input type="checkbox"/> REGISTRO DE CANDIDATURA <input type="checkbox"/> RRC – CANDIDATO <input type="checkbox"/> RRCI – CANDIDATO INDIVIDUAL <input type="checkbox"/> DRAP – PARTIDO/COLIGAÇÃO <input type="checkbox"/> PREENCHIMENTO DE VAGA REMANESCENTE <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO <input type="checkbox"/> POR CANCELAMENTO DE REGISTRO <input type="checkbox"/> POR CASSAÇÃO DE REGISTRO <input type="checkbox"/> POR EXPULSÃO PARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> POR FALECIMENTO <input type="checkbox"/> POR INDEFERIMENTO DE REGISTRO <input type="checkbox"/> POR INELEGIBILIDADE <input type="checkbox"/> POR RENÚNCIA

**ZONA ELEITORAL - ASSUNTO PROCESSUAL** REQUERIMENTO

**ZONA ELEITORAL - PEDIDO**

- PEDIDO DE ALVARÁ DE SOLTURA
- PEDIDO DE ANULAÇÃO DE ELEIÇÃO
- PEDIDO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO
- PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MULTA
- PEDIDO DE ARQUIVAMENTO
- PEDIDO DE CASSAÇÃO DE DIPLOMA
- PEDIDO DE CASSAÇÃO DE REGISTRO
- PEDIDO DE CASSAÇÃO/PERDA DE MANDATO ELETIVO
- PEDIDO DE CONCESSÃO DE LIMINAR
- PEDIDO DE CONDENAÇÃO CRIMINAL
- PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE
- PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA/TEMPORÁRIA
- PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS
- PEDIDO DE SALVO-CONDUTO
- PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO
- PEDIDO DE TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL
- PEDIDO DE TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL
- PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
- PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

## ANEXO III

## TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
ASSUNTO PROCESSUAL
<input type="checkbox"/> ABUSO <input type="checkbox"/> DE PODER ECONÔMICO <input type="checkbox"/> DE PODER POLÍTICO/AUTORIDADE <input type="checkbox"/> USO INDEVIDO DE MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
<input type="checkbox"/> ALISTAMENTO ELEITORAL <input type="checkbox"/> CANCELAMENTO <input type="checkbox"/> DOMICÍLIO ELEITORAL <input type="checkbox"/> DUPLICIDADE/PLURALIDADE <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO <input type="checkbox"/> INSCRIÇÃO ELEITORAL
<input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DE PARTIDO POLÍTICO EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA
<input type="checkbox"/> APURAÇÃO/TOTALIZAÇÃO DE VOTOS
<input type="checkbox"/> CAPTAÇÃO OU GASTO ILÍCITO DE RECURSOS FINANCEIROS DE CAMPANHA ELEITORAL
<input type="checkbox"/> CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO
<input type="checkbox"/> CARGO <input type="checkbox"/> DEPUTADO DISTRITAL <input type="checkbox"/> DEPUTADO ESTADUAL <input type="checkbox"/> DEPUTADO FEDERAL <input type="checkbox"/> GOVERNADOR <input type="checkbox"/> PREFEITO <input type="checkbox"/> SENADOR <input type="checkbox"/> PRIMEIRO SUPLENTE DE SENADOR <input type="checkbox"/> SEGUNDO SUPLENTE DE SENADOR <input type="checkbox"/> VEREADOR <input type="checkbox"/> VICE-GOVERNADOR <input type="checkbox"/> VICE-PREFEITO
<input type="checkbox"/> CAUTELAR INOMINADA <input type="checkbox"/> DE BUSCA E APREENSÃO <input type="checkbox"/> DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS  <input type="checkbox"/> INCIDENTAL <input type="checkbox"/> PREPARATÓRIA
<input type="checkbox"/> COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> MAJORITÁRIA <input type="checkbox"/> PROPORCIONAL <input type="checkbox"/> MAJORITÁRIA E PROPORCIONAL
<input type="checkbox"/> CONCURSO PÚBLICO
<input type="checkbox"/> CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE <input type="checkbox"/> ALISTAMENTO ELEITORAL <input type="checkbox"/> DOMICÍLIO ELEITORAL NA CIRCUNSCRIÇÃO <input type="checkbox"/> FILIAÇÃO PARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> IDADE MÍNIMA <input type="checkbox"/> NACIONALIDADE BRASILEIRA <input type="checkbox"/> PLENO EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS <input type="checkbox"/> QUITAÇÃO ELEITORAL
<input type="checkbox"/> CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO
<input type="checkbox"/> CONTAS <input type="checkbox"/> APROVAÇÃO DAS CONTAS <input type="checkbox"/> DESAPROVAÇÃO/REJEIÇÃO DAS CONTAS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
ASSUNTO PROCESSUAL
<input type="checkbox"/> APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVA <input type="checkbox"/> NÃO APRESENTAÇÃO DAS CONTAS
<input type="checkbox"/> CONVENÇÃO PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/> CORRUPÇÃO OU FRAUDE
<input type="checkbox"/> CRIME ELEITORAL
<input type="checkbox"/> DESCUMPRIMENTO DE PRAZOS PROCESSUAIS
<input type="checkbox"/> DESIGNAÇÃO DE JUIZ ELEITORAL
<input type="checkbox"/> DIPLOMAÇÃO
<input type="checkbox"/> DIREITO DE RESPOSTA
<input type="checkbox"/> DIREITOS POLÍTICOS <input type="checkbox"/> PERDA DOS DIREITOS POLÍTICOS <input type="checkbox"/> SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS <input type="checkbox"/> RESTABELECIMENTO DOS DIREITOS POLÍTICOS
<input type="checkbox"/> DISSOLUÇÃO DE ÓRGÃO DE DIREÇÃO PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/> DOAÇÃO DE RECURSOS ACIMA DO LIMITE LEGAL <input type="checkbox"/> PESSOA FÍSICA <input type="checkbox"/> PESSOA JURÍDICA
<input type="checkbox"/> ELEIÇÕES <input type="checkbox"/> ANULAÇÃO DE ELEIÇÃO <input type="checkbox"/> 1º TURNO <input type="checkbox"/> 2º TURNO <input type="checkbox"/> ELEIÇÃO MAJORITÁRIA <input type="checkbox"/> ELEIÇÃO PROPORCIONAL <input type="checkbox"/> ELEIÇÃO SUPLEMENTAR
<input type="checkbox"/> EXCEÇÃO <input type="checkbox"/> DE COISA JULGADA <input type="checkbox"/> DE ILEGITIMIDADE DE PARTE <input type="checkbox"/> DE IMPEDIMENTO <input type="checkbox"/> DE INCOMPETÊNCIA <input type="checkbox"/> DE LITISPENDÊNCIA <input type="checkbox"/> DE PRÉ-EXECUTIVIDADE <input type="checkbox"/> DE SUSPEIÇÃO
<input type="checkbox"/> EXECUÇÃO <input type="checkbox"/> DE ASTREINTES <input type="checkbox"/> DE MULTA ELEITORAL
<input type="checkbox"/> EXECUÇÃO DE JULGADO
<input type="checkbox"/> FILIAÇÃO PARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> DUPLICIDADE/PLURALIDADE <input type="checkbox"/> CANCELAMENTO <input type="checkbox"/> NULIDADE
<input type="checkbox"/> GARANTIA DA AUTORIDADE DE DECISÃO DO TRIBUNAL
<input type="checkbox"/> HABEAS CORPUS <input type="checkbox"/> LIBERATÓRIO <input type="checkbox"/> PREVENTIVO
<input type="checkbox"/> IDENTIFICAÇÃO NUMÉRICA DE CANDIDATO
<input type="checkbox"/> IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
<input type="checkbox"/> IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA
<input type="checkbox"/> IMPUGNAÇÃO <input type="checkbox"/> NOMEAÇÃO DE MEMBRO DE JUNTA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
ASSUNTO PROCESSUAL
<input type="checkbox"/> INELEGIBILIDADE <input type="checkbox"/> ABUSO DE PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO <input type="checkbox"/> ANALFABETISMO <input type="checkbox"/> CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO <input type="checkbox"/> DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE OU DE INCOMPATIBILIDADE COM O OFICIALATO <input type="checkbox"/> DESINCOMPATIBILIZAÇÃO <input type="checkbox"/> INALISTÁVEL <input type="checkbox"/> PARENTESCO <input type="checkbox"/> REELEIÇÃO <input type="checkbox"/> REJEIÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS <input type="checkbox"/> REPRESENTAÇÃO OU AIJE JULGADA PROCEDENTE PELA JUSTIÇA ELEITORAL <input type="checkbox"/> TERCEIRO MANDATO <input type="checkbox"/> VIDA PREGRESSA <input type="checkbox"/> VÍNCULO AFETIVO <input type="checkbox"/> VÍNCULO CONJUGAL <input type="checkbox"/> VÍNCULO EM UNIÃO ESTÁVEL
<input type="checkbox"/> JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/> MINUTA DE RESOLUÇÃO
<input type="checkbox"/> NOME DO CANDIDATO <input type="checkbox"/> HOMONÍMIA <input type="checkbox"/> VARIAÇÃO NOMINAL
<input type="checkbox"/> PARTIDO POLÍTICO <input type="checkbox"/> COMISSÃO PROVISÓRIA <input type="checkbox"/> ÓRGÃO DE DIREÇÃO MUNICIPAL <input type="checkbox"/> ÓRGÃO DE DIREÇÃO REGIONAL <input type="checkbox"/> ÓRGÃO DE DIREÇÃO NACIONAL
<input type="checkbox"/> PERDA DE CARGO ELETIVO POR DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/> PESQUISA ELEITORAL <input type="checkbox"/> DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL SEM PRÉVIO REGISTRO <input type="checkbox"/> DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL FRAUDULENTA <input type="checkbox"/> REGISTRO DE PESQUISA ELEITORAL
<input type="checkbox"/> PLEBISCITO
<input type="checkbox"/> PRESTAÇÃO DE CONTAS <input type="checkbox"/> DE CANDIDATO <input type="checkbox"/> DE COMITÊ FINANCEIRO <input type="checkbox"/> DE EXERCÍCIO FINANCEIRO
<input type="checkbox"/> PROPAGANDA POLÍTICA <input type="checkbox"/> PROPAGANDA INSTITUCIONAL <input type="checkbox"/> PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> PROPAGANDA PARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> PROPAGANDA ELEITORAL <input type="checkbox"/> ADESIVO <input type="checkbox"/> ALTO-FALANTE/AMPLIFICADOR DE SOM <input type="checkbox"/> BANNER/CARTAZ/FAIXA <input type="checkbox"/> BEM PÚBLICO <input type="checkbox"/> BEM PARTICULAR <input type="checkbox"/> BEM PARTICULAR DE USO COMUM <input type="checkbox"/> BEM TOMBADO <input type="checkbox"/> BOCA DE URNA <input type="checkbox"/> CAVALETE <input type="checkbox"/> COMÍCIO/SHOWMÍCIO <input type="checkbox"/> CONDUTA VEDADA A EMISSORA DE RÁDIO/TELEVISÃO NA PROGRAMAÇÃO NORMAL <input type="checkbox"/> CONFECÇÃO, UTILIZAÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE BRINDE <input type="checkbox"/> CONTRARIEDADE À LEI DE POSTURA MUNICIPAL <input type="checkbox"/> DEBATE POLÍTICO <input type="checkbox"/> DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO DE PROPAGANDA <input type="checkbox"/> EXTEMPORÂNEA/ANTECIPADA <input type="checkbox"/> FOLHETOS/VOLANTES/SANTINHOS/IMPRESSOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	
ASSUNTO PROCESSUAL	
<input type="checkbox"/>	HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO/PROGRAMA EM BLOCO
<input type="checkbox"/>	HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO/INSERÇÕES DE PROPAGANDA
<input type="checkbox"/>	IMPRESSA ESCRITA – JORNAL/REVISTA/TABLOIDE
<input type="checkbox"/>	INTERNET
<input type="checkbox"/>	INVASÃO DE HORÁRIO DESTINADO A OUTRO CARGO/PARTIDO/COLIGAÇÃO
<input type="checkbox"/>	INOBSERVÂNCIA DO LIMITE LEGAL
<input type="checkbox"/>	OUTDOORS
<input type="checkbox"/>	OMISSÃO DE INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS
<input type="checkbox"/>	PINTURA EM MURO
<input type="checkbox"/>	RÁDIO
<input type="checkbox"/>	RÁDIO COMUNITÁRIA
<input type="checkbox"/>	TELEVISÃO
<input type="checkbox"/>	TRUCAGEM, MONTAGEM, UTILIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO EXTERNA, COMPUTAÇÃO GRÁFICA, DESENHO ANIMADO OU EFEITO ESPECIAL
<input type="checkbox"/>	QUOCIENTE ELEITORAL/PARTIDÁRIO
<input type="checkbox"/>	REGISTRO DE CANDIDATURA
<input type="checkbox"/>	RRC – CANDIDATO
<input type="checkbox"/>	RRCI – CANDIDATO INDIVIDUAL
<input type="checkbox"/>	DRAP – PARTIDO/COLIGAÇÃO
<input type="checkbox"/>	PREENCHIMENTO DE VAGA REMANESCENTE
<input type="checkbox"/>	SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO
<input type="checkbox"/>	POR CANCELAMENTO DE REGISTRO
<input type="checkbox"/>	POR CASSAÇÃO DE REGISTRO
<input type="checkbox"/>	POR EXPULSÃO PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/>	POR FALECIMENTO
<input type="checkbox"/>	POR INDEFERIMENTO DE REGISTRO
<input type="checkbox"/>	POR INELEGIBILIDADE
<input type="checkbox"/>	POR RENÚNCIA
<input type="checkbox"/>	REGISTRO DE COMITÊ FINANCEIRO
<input type="checkbox"/>	ELEIÇÃO MAJORITÁRIA
<input type="checkbox"/>	ELEIÇÃO PROPORCIONAL
<input type="checkbox"/>	ÚNICO
<input type="checkbox"/>	REQUERIMENTO
<input type="checkbox"/>	REMOÇÃO DE SERVIDOR
<input type="checkbox"/>	REQUISIÇÃO DE SERVIDOR
<input type="checkbox"/>	RENOVAÇÃO DE REQUISIÇÃO DE SERVIDOR
<input type="checkbox"/>	REQUISIÇÃO DE FORÇA FEDERAL
<input type="checkbox"/>	REEXAME NECESSÁRIO
<input type="checkbox"/>	VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/>	EM INSERÇÕES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	
PEDIDO	
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE ALVARÁ DE SOLTURA
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE ANULAÇÃO DE ELEIÇÃO
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MULTA
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE ARQUIVAMENTO
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE CASSAÇÃO DE DIPLOMA
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE CASSAÇÃO DE REGISTRO
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE CASSAÇÃO/PERDA DE MANDATO ELETIVO
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE CONCESSÃO DE LIMINAR
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE CONDENAÇÃO CRIMINAL
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA/TEMPORÁRIA
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
PEDIDO
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE SALVO-CONDUTO <input type="checkbox"/> PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO <input type="checkbox"/> PEDIDO DE TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL <input type="checkbox"/> PEDIDO DE TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL <input type="checkbox"/> PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA <input type="checkbox"/> PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

## ANEXO IV

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL ASSUNTO PROCESSUAL
<input type="checkbox"/> ABUSO <input type="checkbox"/> DE PODER ECONÔMICO <input type="checkbox"/> DE PODER POLÍTICO/AUTORIDADE <input type="checkbox"/> USO INDEVIDO DE MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
<input type="checkbox"/> ALISTAMENTO ELEITORAL <input type="checkbox"/> CANCELAMENTO <input type="checkbox"/> DOMICÍLIO ELEITORAL <input type="checkbox"/> DUPLICIDADE/PLURALIDADE <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO <input type="checkbox"/> INSCRIÇÃO ELEITORAL
<input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DE PARTIDO POLÍTICO EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA
<input type="checkbox"/> AFASTAMENTO DE MAGISTRADO
<input type="checkbox"/> APURAÇÃO/TOTALIZAÇÃO DE VOTOS
<input type="checkbox"/> CAPTAÇÃO OU GASTO ILÍCITO DE RECURSOS FINANCEIROS DE CAMPANHA ELEITORAL
<input type="checkbox"/> CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO
<input type="checkbox"/> CARGO <input type="checkbox"/> DEPUTADO DISTRITAL <input type="checkbox"/> DEPUTADO ESTADUAL <input type="checkbox"/> DEPUTADO FEDERAL <input type="checkbox"/> GOVERNADOR <input type="checkbox"/> PREFEITO <input type="checkbox"/> PRESIDENTE DA REPÚBLICA <input type="checkbox"/> SENADOR <input type="checkbox"/> PRIMEIRO SUPLENTE DE SENADOR <input type="checkbox"/> SEGUNDO SUPLENTE DE SENADOR <input type="checkbox"/> VEREADOR <input type="checkbox"/> VICE-GOVERNADOR <input type="checkbox"/> VICE-PREFEITO <input type="checkbox"/> VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA
<input type="checkbox"/> CAUTELAR INOMINADA <input type="checkbox"/> DE BUSCA E APREENSÃO <input type="checkbox"/> DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS  <input type="checkbox"/> INCIDENTAL <input type="checkbox"/> PREPARATÓRIA
<input type="checkbox"/> COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> MAJORITÁRIA <input type="checkbox"/> PROPORCIONAL <input type="checkbox"/> MAJORITÁRIA E PROPORCIONAL
<input type="checkbox"/> CONCURSO PÚBLICO
<input type="checkbox"/> CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE <input type="checkbox"/> ALISTAMENTO ELEITORAL <input type="checkbox"/> DOMICÍLIO ELEITORAL NA CIRCUNSCRIÇÃO <input type="checkbox"/> FILIAÇÃO PARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> IDADE MÍNIMA <input type="checkbox"/> NACIONALIDADE BRASILEIRA <input type="checkbox"/> PLENO EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS <input type="checkbox"/> QUITAÇÃO ELEITORAL
<input type="checkbox"/> CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
ASSUNTO PROCESSUAL
<input type="checkbox"/> CONTAS <input type="checkbox"/> APROVAÇÃO DAS CONTAS <input type="checkbox"/> DESAPROVAÇÃO/REJEIÇÃO DAS CONTAS <input type="checkbox"/> APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVA <input type="checkbox"/> NÃO APRESENTAÇÃO DAS CONTAS
<input type="checkbox"/> CONVENÇÃO PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/> CORRUPÇÃO OU FRAUDE
<input type="checkbox"/> CRIME ELEITORAL
<input type="checkbox"/> DESCUMPRIMENTO DE PRAZOS PROCESSUAIS
<input type="checkbox"/> DIPLOMAÇÃO
<input type="checkbox"/> DIREITO DE RESPOSTA
<input type="checkbox"/> DIREITOS POLÍTICOS <input type="checkbox"/> PERDA DOS DIREITOS POLÍTICOS <input type="checkbox"/> SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS <input type="checkbox"/> RESTABELECIMENTO DOS DIREITOS POLÍTICOS
<input type="checkbox"/> DISSOLUÇÃO DE ÓRGÃO DE DIREÇÃO PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/> DOAÇÃO DE RECURSOS ACIMA DO LIMITE LEGAL <input type="checkbox"/> PESSOA FÍSICA <input type="checkbox"/> PESSOA JURÍDICA
<input type="checkbox"/> ELEIÇÕES <input type="checkbox"/> ANULAÇÃO DE ELEIÇÃO <input type="checkbox"/> 1º TURNO <input type="checkbox"/> 2º TURNO <input type="checkbox"/> ELEIÇÃO MAJORITÁRIA <input type="checkbox"/> ELEIÇÃO PROPORCIONAL <input type="checkbox"/> ELEIÇÃO SUPLEMENTAR
<input type="checkbox"/> EXCEÇÃO <input type="checkbox"/> DE COISA JULGADA <input type="checkbox"/> DE ILEGITIMIDADE DE PARTE <input type="checkbox"/> DE IMPEDIMENTO <input type="checkbox"/> DE INCOMPETÊNCIA <input type="checkbox"/> DE LITISPENDÊNCIA <input type="checkbox"/> DE PRÉ-EXECUTIVIDADE <input type="checkbox"/> DE SUSPEIÇÃO
<input type="checkbox"/> EXECUÇÃO DE JULGADO
<input type="checkbox"/> FILIAÇÃO PARTIDÁRIA <input type="checkbox"/> DUPLICIDADE/PLURALIDADE <input type="checkbox"/> CANCELAMENTO <input type="checkbox"/> NULIDADE
<input type="checkbox"/> FUSÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS
<input type="checkbox"/> GARANTIA DA AUTORIDADE DE DECISÃO DO TRIBUNAL
<input type="checkbox"/> HABEAS CORPUS <input type="checkbox"/> LIBERATÓRIO <input type="checkbox"/> PREVENTIVO
<input type="checkbox"/> INCORPORAÇÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS
<input type="checkbox"/> IDENTIFICAÇÃO NUMÉRICA DE CANDIDATO
<input type="checkbox"/> IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
<input type="checkbox"/> IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA
<input type="checkbox"/> INELEGIBILIDADE

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
ASSUNTO PROCESSUAL	
<input type="checkbox"/>	ABUSO DE PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO
<input type="checkbox"/>	ANALFABETISMO
<input type="checkbox"/>	CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO
<input type="checkbox"/>	DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE OU DE INCOMPATIBILIDADE COM O OFICIALATO
<input type="checkbox"/>	DESINCOMPATIBILIZAÇÃO
<input type="checkbox"/>	INALISTÁVEL
<input type="checkbox"/>	PARENTESCO
<input type="checkbox"/>	REELEIÇÃO
<input type="checkbox"/>	REJEIÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS
<input type="checkbox"/>	REPRESENTAÇÃO OU AJE JULGADA PROCEDENTE PELA JUSTIÇA ELEITORAL
<input type="checkbox"/>	TERCEIRO MANDATO
<input type="checkbox"/>	VIDA PREGRESSA
<input type="checkbox"/>	VÍNCULO AFETIVO
<input type="checkbox"/>	VÍNCULO CONJUGAL
<input type="checkbox"/>	VÍNCULO EM UNIÃO ESTÁVEL
<input type="checkbox"/>	JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/>	LISTA TRÍPLICE
<input type="checkbox"/>	MINUTA DE RESOLUÇÃO
<input type="checkbox"/>	NOME DO CANDIDATO
<input type="checkbox"/>	HOMONÍMIA
<input type="checkbox"/>	VARIAÇÃO NOMINAL
<input type="checkbox"/>	PARTIDO POLÍTICO
<input type="checkbox"/>	COMISSÃO PROVISÓRIA
<input type="checkbox"/>	ÓRGÃO DE DIREÇÃO MUNICIPAL
<input type="checkbox"/>	ÓRGÃO DE DIREÇÃO REGIONAL
<input type="checkbox"/>	ÓRGÃO DE DIREÇÃO NACIONAL
<input type="checkbox"/>	PERDA DE CARGO ELETIVO POR DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/>	PESQUISA ELEITORAL
<input type="checkbox"/>	DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL SEM PRÉVIO REGISTRO
<input type="checkbox"/>	DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL FRAUDULENTA
<input type="checkbox"/>	REGISTRO DE PESQUISA ELEITORAL
<input type="checkbox"/>	PLEBISCITO
<input type="checkbox"/>	PRESTAÇÃO DE CONTAS
<input type="checkbox"/>	DE CANDIDATO
<input type="checkbox"/>	DE COMITÊ FINANCEIRO
<input type="checkbox"/>	DE EXERCÍCIO FINANCEIRO
<input type="checkbox"/>	PROPAGANDA POLÍTICA
<input type="checkbox"/>	PROPAGANDA INSTITUCIONAL
<input type="checkbox"/>	PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/>	PROPAGANDA PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/>	PROPAGANDA ELEITORAL
<input type="checkbox"/>	ADESIVO
<input type="checkbox"/>	ALTO-FALANTE/AMPLIFICADOR DE SOM
<input type="checkbox"/>	BANNER/CARTAZ/FAIXA
<input type="checkbox"/>	BEM PÚBLICO
<input type="checkbox"/>	BEM PARTICULAR
<input type="checkbox"/>	BEM PARTICULAR DE USO COMUM
<input type="checkbox"/>	BEM TOMBADO
<input type="checkbox"/>	BOCA DE URNA
<input type="checkbox"/>	CAVALETE
<input type="checkbox"/>	COMÍCIO/SHOWMÍCIO
<input type="checkbox"/>	CONDUTA VEDADA A EMISSORA DE RÁDIO/TELEVISÃO NA PROGRAMAÇÃO NORMAL
<input type="checkbox"/>	CONFECCÃO, UTILIZAÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE BRINDE
<input type="checkbox"/>	CONTRARIEDADE À LEI DE POSTURA MUNICIPAL
<input type="checkbox"/>	DEBATE POLÍTICO
<input type="checkbox"/>	DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO DE PROPAGANDA
<input type="checkbox"/>	EXTEMPORÂNEA/ANTECIPADA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
ASSUNTO PROCESSUAL	
<input type="checkbox"/>	FOLHETOS/VOLANTES/SANTINHOS/IMPRESSOS
<input type="checkbox"/>	HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO/PROGRAMA EM BLOCO
<input type="checkbox"/>	HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO/INSERÇÕES DE PROPAGANDA
<input type="checkbox"/>	IMPrensa ESCRITA – JORNAL/REVISTA/TABLOIDE
<input type="checkbox"/>	INTERNET
<input type="checkbox"/>	INVASÃO DE HORÁRIO DESTINADO A OUTRO CARGO/PARTIDO/COLIGAÇÃO
<input type="checkbox"/>	INOBSERVÂNCIA DO LIMITE LEGAL
<input type="checkbox"/>	OUTDOORS
<input type="checkbox"/>	OMISSÃO DE INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS
<input type="checkbox"/>	PINTURA EM MURO
<input type="checkbox"/>	RÁDIO
<input type="checkbox"/>	RÁDIO COMUNITÁRIA
<input type="checkbox"/>	TELEVISÃO
<input type="checkbox"/>	TRUCAGEM, MONTAGEM, UTILIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO EXTERNA, COMPUTAÇÃO GRÁFICA, DESENHO ANIMADO OU EFEITO ESPECIAL
<input type="checkbox"/>	QUOCIENTE ELEITORAL/PARTIDÁRIO
<input type="checkbox"/>	REGISTRO DE CANDIDATURA
<input type="checkbox"/>	RRC – CANDIDATO
<input type="checkbox"/>	RRCI – CANDIDATO INDIVIDUAL
<input type="checkbox"/>	DRAP – PARTIDO/COLIGAÇÃO
<input type="checkbox"/>	PREENCHIMENTO DE VAGA REMANESCENTE
<input type="checkbox"/>	SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO
<input type="checkbox"/>	POR CANCELAMENTO DE REGISTRO
<input type="checkbox"/>	POR CASSAÇÃO DE REGISTRO
<input type="checkbox"/>	POR EXPULSÃO PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/>	POR FALECIMENTO
<input type="checkbox"/>	POR INDEFERIMENTO DE REGISTRO
<input type="checkbox"/>	POR INELEGIBILIDADE
<input type="checkbox"/>	POR RENÚNCIA
<input type="checkbox"/>	REGISTRO DE COMITÊ FINANCEIRO
<input type="checkbox"/>	ELEIÇÃO MAJORITÁRIA
<input type="checkbox"/>	ELEIÇÃO PROPORCIONAL
<input type="checkbox"/>	ÚNICO
<input type="checkbox"/>	REMOÇÃO DE SERVIDOR
<input type="checkbox"/>	REQUISICÃO DE SERVIDOR
<input type="checkbox"/>	RENOVAÇÃO DE REQUISICÃO DE SERVIDOR
<input type="checkbox"/>	REQUISICÃO DE FORÇA FEDERAL
<input type="checkbox"/>	VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA
<input type="checkbox"/>	EM BLOCO
<input type="checkbox"/>	EM INSERÇÕES

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
PEDIDO	
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE ALVARÁ DE SOLTURA
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE ANULAÇÃO DE ELEIÇÃO
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MULTA
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE ARQUIVAMENTO
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE CASSAÇÃO DE DIPLOMA
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE CASSAÇÃO DE REGISTRO
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE CASSAÇÃO/PERDA DE MANDATO ELETIVO
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE CONCESSÃO DE LIMINAR
<input type="checkbox"/>	PEDIDO DE CONDENAÇÃO CRIMINAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
PEDIDO
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA/TEMPORÁRIA
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE SALVO-CONDUTO
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO A RESOLUÇÃO
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO A ACÓRDÃO
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO A DECISÃO

ANEXO V

Volume \_\_\_\_\_  
Anexo \_\_\_\_\_  
Apenso \_\_\_\_\_

Campo 1



PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
(ESTADO)**

Campo 2

**RECURSO ELEITORAL Nº  
Classe**

PROCEDÊNCIA:  
PROTOCOLO:

Campo 4

JUIZ:  
RELATOR:  
REVISOR: (se for o caso)

Campo 5

ASSUNTO:

Campo 6

PARTES E ADVOGADOS:

Campo 7

Distribuição ..... aos.....dias do mês de .....  
do ano de .....

Campo 8

Campo 9

\_\_\_\_\_  
Responsável

PEDIDO LIMINAR:  DEFERIDO  INDEFERIDO EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ FLS.  
\_\_\_/\_\_\_

Campo 10

JULGADO EM: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ FLS. \_\_\_/\_\_\_

TRANSITADO EM JULGADO EM: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ FLS. \_\_\_/\_\_\_

**ELEIÇÕES 2010**

Campo 11

## ANEXO VI

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

(Resolução 22.676/2007)

CLASSE	SIGLA	CAPA
Ação Cautelar	AC	Amarela
Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	AIME	Verde
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	AIJE	Verde
Ação Penal	AP	Cinza
Ação Rescisória	AR	Branca
Agravo de Instrumento*	AI	Rosa
Apuração de Eleição	AE	Verde
Cancelamento de Registro de Partido Político*	CRPP	Laranja
Conflito de Competência	CC	Bege
Consulta	CTA	Branca
Criação de Zona Eleitoral ou Remanejamento	CZER	Branca
Embargos à Execução	EE	Cinza
Exceção	Exc	Bege
Execução Fiscal	EF	Cinza
<i>Habeas Corpus</i>	<i>HC</i>	Amarela
<i>Habeas Data</i>	<i>HD</i>	Amarela
Inquérito	Inq	Cinza
Instrução	Inst	Branca
Lista Tríplice*	LT	Branca
Mandado de Injunção	MI	Amarela
Mandado de Segurança	MS	Amarela
Pedido de Desaforamento	PD	Bege
Petição	PET	Branca
Prestação de Contas	PC	Azul
Processo Administrativo	PA	Branca
Propaganda Partidária	PP	Laranja
Reclamação	Rcl	Laranja
Recurso Contra Expedição de Diploma	RCED	Verde
Recurso Especial Eleitoral*	REspe	Rosa
Recurso em <i>Habeas Corpus</i>	<i>RHC</i>	Amarela

\* Classe privativa do Tribunal Superior Eleitoral.

CLASSE	SIGLA	CAPA
Recurso em <i>Habeas Data</i>	RHD	Amarela
Recurso em Mandado de Injunção	RMI	Amarela
Recurso em Mandado de Segurança	RMS	Amarela
Recurso Ordinário	RO	Rosa
Registro de Candidatura	RCand	Verde
Registro de Comitê Financeiro	RCF	Azul
Registro de Partido Político	RPP	Laranja
Representação	Rp	Laranja
Revisão Criminal	RvC	Cinza
Revisão de Eleitorado	RVE	Bege
Suspensão de Segurança/Suspensão de Liminar	SS	Amarela

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

(Resolução 22.676/2007)

CLASSE	SIGLA	CAPA
Ação Cautelar	AC	Amarela
Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	AIME	Verde
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	AIJE	Verde
Ação Penal	AP	Cinza
Ação Rescisória	AR	Branca
Agravo de Instrumento **	AI	Rosa
Apuração de Eleição	AE	Verde
Conflito de Competência	CC	Bege
Consulta	CTA	Branca
Correição	Cor	Bege
Criação de Zona Eleitoral ou Remanejamento	CZER	Branca
Embargos à Execução	EE	Cinza
Exceção	Exc	Bege
Execução Fiscal	EF	Cinza
<i>Habeas Corpus</i>	HC	Amarela
<i>Habeas Data</i>	HD	Amarela
Inquérito	Inq	Cinza

\*\* Nos termos do art. 3º, § 1º, da Resolução-TSE nº 22.676/2007, a classe Agravo de Instrumento (AI) é de competência privativa do Tribunal Superior Eleitoral. Contudo, foi mantida na tabela referente aos Tribunais Regionais Eleitorais, considerando que os autos da referida classe são trasladados no Tribunal Regional de origem, recebendo nova capa.

CLASSE	SIGLA	CAPA
Instrução	Inst	Branca
Mandado de Injunção	MI	Amarela
Mandado de Segurança	MS	Amarela
Pedido de Desaforamento	PD	Bege
Petição	PET	Branca
Prestação de Contas	PC	Azul
Processo Administrativo	PA	Branca
Propaganda Partidária	PP	Laranja
Reclamação	Rcl	Laranja
Recurso Contra Expedição de Diploma	RCED	Verde
Recurso Eleitoral <sup>***</sup>	RE	Rosa
Recurso Criminal <sup>***</sup>	RC	Cinza
Recurso em <i>Habeas Corpus</i>	RHC	Amarela
Recurso em <i>Habeas Data</i>	RHD	Amarela
Recurso em Mandado de Injunção	RMI	Amarela
Recurso em Mandado de Segurança	RMS	Amarela
Registro de Candidatura	RCand	Verde
Registro de Comitê Financeiro	RCF	Azul
Registro de Órgão de Partido Político em Formação <sup>***</sup>	ROPPF	Laranja
Representação	Rp	Laranja
Revisão Criminal	RvC	Cinza
Revisão de Eleitorado	RVE	Bege
Suspensão de Segurança/Liminar	SS	Amarela

## JUÍZOS ELEITORAIS

(Resolução 22.676/2007)

CLASSE	SIGLA	CAPA
Ação Cautelar	AC	Amarela
Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	AIME	Verde
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	AIJE	Verde
Ação Penal	AP	Cinza
Apuração de Eleição	AE	Verde

\*\*\* Classe de competência privativa dos Tribunais Regionais Eleitorais.

CLASSE	SIGLA	CAPA
Embargos à Execução	EE	Cinza
Exceção	Exc	Bege
Execução Fiscal	EF	Cinza
<i>Habeas Corpus</i>	<i>HC</i>	Amarela
<i>Habeas Data</i>	<i>HD</i>	Amarela
Inquérito	Inq	Cinza
Mandado de Injunção	MI	Amarela
Mandado de Segurança	MS	Amarela
Petição	PET	Branca
Prestação de Contas	PC	Azul
Processo Administrativo	PA	Branca
Registro de Candidatura	RCand	Verde
Registro de Comitê Financeiro	RCF	Azul
Representação	Rp	Laranja

**ANEXOS – RESOLUÇÃO Nº 23.185 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº  
20.265-DF**

ANEXO I

IDENTIFICAÇÃO DO TRIBUNAL

Tribunal	Identificação	Tribunal	Identificação
TSE	00	TRE-PA	14
TRE-AC	01	TRE-PB	15
TRE-AL	02	TRE-PR	16
TRE-AP	03	TRE-PE	17
TRE-AM	04	TRE-PI	18
TRE-BA	05	TRE-RJ	19